

# Governo do Estado não sabe como gastou dinheiro da 3ª ponte

O governo do Estado não sabe como foram utilizados recursos superiores a 30 milhões de dólares, destinados à construção da 3ª ponte, segundo informou o presidente da Comissão de Construção da Ponte (Ceterpo), Lenildo Lucas, em depoimento à comissão especial da Assembléia Legislativa. "Houve um desembolso do Estado superior a 30 milhões de dólares. Entretanto, nem a Ceterpo nem a Secretaria da Fazenda puderam fornecer dados oficiais sobre os gastos, por não disporem dos mesmos".

Ontem, por ausência dos deputados do partido do governo, o projeto de lei que concede a uma empresa particular a cobrança de pedágio para a ponte não foi votado, sendo aprovado por decurso de prazo. Tendo em vista a não realização da votação do projeto, o deputado Dilton Lyrio resolveu transformar uma emenda que seria apresentada em projeto, que deverá ser julgado, obrigando o poder Executivo a realizar um plebiscito nos municípios de Vitória e Vila Velha sobre a cobrança de pedágio, antes da assinatura do convênio de concessão para prosseguimento das obras da 3ª ponte.

Tomando por base as informações conseguidas junto ao governo a comissão especial da Assembléia Legislativa, em seu relatório, afirma: "Ficou ainda evidenciado que o Estado não tem débitos com empreiteiras, como afirma, mas com bancos estrangeiros, em total que não foi informado, com o agravante de que a desvalorização quase semanal de nossa moeda elevará esta dívida a níveis comprometedores para o erário público". Ainda consta do relatório que o Estado injicou a obra sem nenhum compromisso por parte do governo federal, "mas apenas com uma promessa do presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), em entrevista concedida aos jornais de nossa terra, quando se comprometera a apoiar o empreendimento, concedendo a fundo perdido a importância de Cr\$ 400 milhões, o que revela a irresponsabilidade do governo anterior ao contrair tamanha obrigação para a execução de uma obra para a qual não tinha capacidade financeira".

Os prejuízos relacionados com a paralisação das obras foram explicados pelo presidente da Ceterpo como sendo "da responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem", motivo pelo qual não compete ao Estado medidas para a conservação". A comissão especial considerou a resposta insatisfatória, pois não responde ao que foi indagado, os prejuízos mensais, que são do governo federal e do povo. Tomando por base um documento confidencial sobre a obra, a comissão mostra que a perda mensal atual dos materiais expostos ao tempo é de 47 mil dólares. Também o presidente da Ceterpo, em entrevista à imprensa, já declarou que os prejuízos causados por causa da paralisação da 3ª ponte serão computados nos custos da continuação das obras, orçados em 70 milhões de dólares.

## PEDÁGIO

A questão do pedágio foi um assunto bem focalizado no relatório da comissão especial, que enfatizou o fato da população ter sido enganada desde o início da construção da ponte, porque nos estudos de viabilidade apresentados pelo Estado ao exame dos organismos da União, responsáveis pela aprovação do empréstimo externo contraído para a construção da obra, foi considerado o pedágio como uma das fontes de renda para cobertura do pagamento do empréstimo e que também os projetos básicos e executivos contêm instalações para cobrança do pedágio. A comissão observa que esses fatos foram ocultados da opinião pública certamente para evitar um impacto negativo que impedisse de se obter dividendos eleitorais à época em que foi iniciada a obra.